

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 288.668 - DF
(2013/0019362-1)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **MARCELO FRANÇA DA SILVA**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO E OUTRO(S) - DF009930**
 LUCIANO RIBEIRO REIS BARROS - DF021701
 GUSTAVO GONÇALVES FERRER - DF037021
AGRAVADO : **PREMIÉRE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA E OUTROS**
ADVOGADO : **JACIARA VALADARES E OUTRO(S) - DF008826**
ADVOGADOS : **AFONSA EUGÊNIA DE SOUZA - DF014850**
 JULLYANA NASCIMENTO PEREIRA - DF030830
 LARISSA MOREIRA DA SILVA - DF038989
AGRAVADO : **PEUGEOT-CITRÔEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA**
ADVOGADOS : **SÍLVIA DA GRAÇA GONÇALVES COSTA E OUTRO(S) -**
 SP116052
 ANA CAROLINA DA SILVA DIAS - DF024788

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VEÍCULO ZERO QUILOMETRO. DEFEITOS DISTINTOS. REPARAÇÃO DO VÍCIO. PRAZO LEGAL OBSERVADO. VALOR ARBITRADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. RAZOABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O § 1º e incisos do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor prescrevem que, se o vício do produto não for sanado no prazo máximo de trinta dias pelo fornecedor, o consumidor poderá exigir, alternativamente e ao seu livre arbítrio: a) substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; c) o abatimento proporcional do preço. Precedentes.

2. No caso, o Tribunal de origem, examinando as circunstâncias da causa, concluiu que os defeitos apresentados eram distintos entre si e foram sanados dentro do prazo legal, não sendo cabível a aplicação do art. 18, § 1º, do CDC. A alteração das conclusões do acórdão recorrido quanto ao cumprimento do prazo legal demanda o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. O valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais somente pode ser revisado em sede de recurso especial quando irrisório ou exorbitante. No caso, o montante fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) não se mostra irrisório ou desproporcional aos danos causados ao agravante, que, apesar de ter que retornar à concessionária em diversas ocasiões, teve seu veículo reparado dentro do prazo legal.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

